

Reajuste escolar será definido até sexta

José Leonardo Rocha

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, disse ontem que se o Governo restabelecer, na sexta-feira, um índice de reajuste para as mensalidades escolares, os salários também serão beneficiados com esse mecanismo de repasse da inflação. "Se essa fórmula for adotada é que ela vai ter companhia. É uma ilação que me parece bastante lógica", avaliou o ministro. Até sexta, Chiarelli definirá se mantém as mensalidades como estão, sem correção, ou se adota um índice corretivo, proposta já discutida com a área econômica, com o presidente Collor e que deve mesmo ser efetivada.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, acabou, na semana passada, com a política salarial, pela qual os salários teriam um índice de reajuste préfixado todo mês, estabelecendo a livre negociação. Com a alteração, a Medida Provisória 183, que trata das mensalidades e vence na próxima quarta-feira, perdeu sua função, pois estabelecia reajustes iguais ao do índice dos salários. Os trabalhadores também reclamaram e, pelo que anunciou Chiarelli, a proposta do ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, de conceder novamente correção para os salários, sairá vitoriosa.

De qualquer forma, o índice das mensalidades só valerá para o mês de junho, até porque as escolas cobram por seus serviços no início do mês. "A Medida 183 está vigorando na plenitude até quarta-feira da semana que vem", esclareceu o ministro, depois de uma audiência com o presidente Fernando Collor, no Palácio do Planalto. A volta do índice deverá ocorrer na sexta-feira, através de medida provisória.

Carlos Chiarelli esteve na segunda-feira com o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, e ontem conversou com o presidente sobre a reformulação do sistema de reajustes para as mensalidades. A primeira proposta em análise é a manutenção dos valores congelados, já que o índice deixou de existir. É uma situação diferente daquela de abril e deste mês, quando não houve reajuste porque o Governo supôs uma inflação zero. "A idéia mais viável é que se venha a adotar transitoriamente um índice corretivo. Isso dependerá de entendimentos do MEC com o Ministério da Economia e de aprovação do presidente. Isso seria a retomada do que vigorava até março", disse o ministro, negando que a alteração represente um insucesso do Plano de Estabilização. O índice, segundo ele, corrigiria "uma eventual e pequena inflação".

Givaldo Barbosa



Para o ministro da Educação, escolas e salários deverão ter índice de reajuste